

REPARTIDOR ENTRE OS HOMENS (2)

A partir dos anos da última guerra mundial lançou-se briosamente a abrir caminho a concepção oposta: o cristianismo não é para o mais além, mas para o aquém; o sujeito da salvação é, em certo sentido, o mundo, mais do que a pessoa. O cristão deve “promover no mundo a libertação das coisas criadas por uma utilização justa” ao serviço dos homens, numa espécie de fraternidade universal. Deve libertar-se “comunitariamente”. A Igreja, portanto, não só deve denunciar situações injustas, como deve contribuir para as derrubar, de sorte que os movimentos revolucionários de libertação (em geral contra o capitalismo) devem ser abençoados e até ajudados pela Igreja.

E aqui tendes os dois extremos que se contradizem: uns postulam um radical desentendimento das realidades temporais por parte da Igreja; outros dizem que não, que o que é necessário é um radical compromisso com o mundo. Os primeiros pretendem converter a Igreja numa entelequia; os segundos, num instrumento ao serviço de uma ideologia humana, de interesses puramente terrenos. Em ambos os casos pretendem destruí-la: os primeiros privando-a da sua acção sobrenatural sobre os homens, a sociedade e a vida e, portanto, impedindo-a de cumprir a missão para que existe, Os segundos, desvirtuando-a, arrebatando-lhe o seu conteúdo sobrenatural para a deixar reduzida a um instrumento de serviço para a consecução de fins que nada têm a ver com a sua missão própria.

A minha impressão é que esta segunda tendência é hoje a que mais fortemente está dominando, e a que mais pressão exerce e a que melhores resultados está a obter. Obviamente, não o faz abertamente. Como se diz agora em linguagem futebolística, prepara o seu jogo de muito atrás, tendendo a criar uma mentalidade entre os católicos que facilite, como uma simples consequência lógica, o derradeiro passo.

Por exemplo, tentando introduzir a ideia de “democracia” na Igreja. A Igreja, como sabeis, é monárquica e hierárquica. Há uma cabeça visível, o Papa, Vigário de Cristo, que possui a plena autoridade de ordem e de jurisdição; o Papa governa toda a Igreja, e em comunhão e subordinados ao Papa, os bispos governam as suas dioceses. Esse modo de governo não advém de um acordo humano, mas provém do próprio Jesus Cristo: é de instituição divina. Portanto, negar aberta e explicitamente isto, seria incorrer em heresia. Aquele que o fizesse ficaria imediatamente, de facto, separado da comunhão com a Igreja e então *de fora* é muito pouco, creio, o efeito que estas afirmações poderiam ter nos católicos. Mas há outros modos mais subtis e inteligentes, que já foram ensaiados (com êxito) pelos arianos e, mais recentemente, pelos jansenistas. Consistem em dizer as coisas de tal modo que sempre existe a possibilidade, ainda que forçando um tanto o sentido, de dar uma interpretação ortodoxa ao que se afirma.

Creio que foi Newman que disse que não há erro mais venenoso do que aquele que provém da corrupção de uma verdade. Há termos que, rectamente entendidos, exprimem conceitos muito ajustados: co-responsabilidade, participação, representatividade, diálogo... Mas que, ao mesmo tempo, são muito aptos para serem utilizados de modo ambíguo, de tal modo que dão a entender algo muito diferente da ideia para cuja expressão nasceram. Se se diz por exemplo — que no mundo de hoje a autoridade não pode impor uma lei ao povo sem que este tenha podido assumir, directa ou indirectamente, uma parte da co-responsabilidade na preparação das leis, e isto diz-se em relação á Igreja. Porém o que na realidade se está a afirmar é que a autoridade — quer do Papa, quer dos Bispos, carece de faculdades para legislar sem que previamente tenha havido um certo acordo - ou, pelo menos, uma consulta — em relação aos que devem ser governados, porque para

serem co-responsáveis devem ter participado nas decisões. De pouco serve dizer depois que não se pretende converter a Igreja numa democracia, porque dado este posicionamento, ou a autoridade decide no sentido em que a pressionam, e então corre o risco de não governar e de acabar convertendo-se apenas num mero instrumento executor de decisões tomadas pelos que carecem da potestade de governo, ou resiste a ser mandada por qualquer grupo, e neste caso terá de passar por um calvário de dissabores que, certamente, não vão facilitar a sua missão de reger a parcela do povo de Deus que lhe foi confiada. Em qualquer caso o resultado é desastroso e prejudicial para as almas, que se vêem abandonadas em benefício de conflitos de tipo político-estrutural cujo objecto — em contradição com o Evangelho (quem vos ouve, a Mim ouve”) — é apenas justificar doutrinalmente a falta de obediência.

A Igreja não existe *para* resolver problemas temporais — ainda que ajude, e não pouco, a fazê-lo, mas para ensinar aos homens, a todos os homens, o caminho da salvação e proporcionar-lhes os meios para que a consigam. Aponta ao estádio final da ressurreição e da vida eterna, mas realiza a sua missão na terra, entre homens que vivem num mundo sensível. Tem de pregar o Evangelho, tem de ensinar a seus filhos a doutrina revelada por Jesus Cristo e dar-lhes o critério cristão que lhes permita não só viver como filhos de Deus em quaisquer circunstâncias e condições, como realizar o seu trabalho, cumpriras seus deveres e exercer os seus direitos com o peculiar espírito que caracteriza os que acreditam em Jesus Cristo. Não está para organizar as coisas da terra, mas para infundir através dos seus fiéis o espírito do Evangelho na edificação da cidade terrena; e isto, não para abdicar da sua missão sobrenatural rebaixando-a e desvirtuando-a para mediar entre os homens, para se enredar em questões em que há muitas opções, mas pelo contrário, para elevar os homens a uma maior altura para dali, com mais perspectiva e melhor vontade, poderem eles mesmos resolver este género de problemas. Não ensina mais dogmas que os contidos na revelação, e quase todos são de ordem sobrenatural. Como podia a Igreja, sem atraí-lo a Cristo e perder a sua razão de ser, vincular-se a um sistema político ou económico, pregar oficialmente opiniões sobre este ou aquele assunto? Nem sequer o fez quando Nero ou Trajano eram imperadores; pelo contrário, se bem ensinou os seus fiéis a obedecer às autoridades pagãs no que era da sua competência, fez-lhes também saber em que outras coisas não podiam transigir. E os cristãos aprenderam-no tão bem que preferiam morrer a ceder um ápice no que não podiam obedecer sem atraí-lo a Cristo.

A Igreja ocupa-se das coisas temporais enquanto têm relação com o fim último do homem e da criação. Pode mandar e proibir aos seus fiéis, como aliás sempre o tem feito. Deve dizer-lhes o que está de acordo com o Evangelho e o que não está. Mas são eles, os fiéis leigos, como homens e como cidadãos, como sujeitos que vivem em sociedade e ganham o pão com o suor do seu rosto, os que devem impregnar toda a vida e todas as actividades da vida, do espírito que levam dentro. A Igreja lhes ensinará o que é justo e o que não é, o lícito e o ilícito; ensinar-lhes-á a amar o próximo, a viver a caridade e a generosidade, mas o que não lhes dirá é se devem constituir-se em república ou monarquia, em democracia ou aristocracia; não lhes dirá se devem ser capitalistas ou socialistas em economia. Pelo contrário, defenderá sempre — como sempre o fez — a liberdade dos homens para realizarem quanto é lícito do modo que lhes pareça mais conveniente, para opinarem conforme vejam nas questões não dogmáticas que Deus deixou à livre discussão dos homens. E nenhum cristão pode - nem deve - comprometer a Igreja pretendendo actuar em seu nome em assuntos de ordem temporal, ou invocando-a para escudar as suas próprias opiniões. E isto também é válido para os sacerdotes, que devem pregar o Evangelho conforme

ensina a Igreja com o seu Magistério, e não convertê-lo em pretexto para perorar sobre política, economia ou sociologia dos púlpitos das Igrejas ou em pequenos conciliábulos de selectos.

De resto, bem claro o deixou fixado o Concílio Vaticano II (que neste ponto não costuma ser invocado, não obstante a sua clareza): “A missão que Cristo confiou à sua Igreja *não é* de ordem política, económica ou social; o fim que lhe marcou é de ordem religiosa’. De ordem religiosa, mas não limitado apenas a cada um dos homens, pois a criação inteira foi reconciliada com Deus por Cristo. Assim, “a missão da Igreja não é só oferecer aos homens a mensagem e a graça de Cristo, mas também impregnar e aperfeiçoar toda a ordem temporal com o espírito do Evangelho”.

A Deus o que é Deus, e ao César o que é do César. Há anos, dizia-se com certo tom de zombaria que os bispos se dedicavam a levantar moradias, e o Estado a cuidar de que os católicos guardassem a moralidade nas praias. Agora, ao passo a que vamos, enquanto os presbíteros se ocupam em denunciar as estruturas e acabar com a fome no mundo, ou da promoção social dos povos subdesenvolvidos (por via de regra, muito afastados das suas paróquias ou conventos), ou em resolver os problemas que competem ao Estado, ter-se-á que habilitar funcionários do Estado para ensinar o catecismo (da doutrina *cristã*), confessar e administrar os sacramentos?

Não sejais clericais. Nem Jesus era repartidor entre os homens, nem a Igreja foi constituída para resolver problemas de ordem puramente temporal Sois vós que tendes de fazê-lo, na medida em que tendes ideias claras, fá-lo-eis sem arrastar a Madre Igreja por terrenos espinhosos onde ficará isolada, e Deus não queira que fique também desfigurada e irreconhecível.